

Denúncias

Aviso de Privacidade

Este aviso descreve como e para quais fins a DeLaval Holding AB e cada entidade controlada direta ou indiretamente pela DeLaval Holding AB (o “Grupo DeLaval”) coletam, utilizam e processam de outra forma os dados pessoais obtidos sobre indivíduos em conexão com uma denúncia ou qualquer outra alegação relacionada à ética ou conformidade (um “Relatório de Denúncia”).

Este aviso deve ser lido em conjunto com a política de privacidade aplicável ao seu relacionamento com a DeLaval (por exemplo, como funcionário, cliente, fornecedor ou candidato). A política de privacidade relevante está disponível em delaval.com/legal ou pode ser fornecida internamente pela entidade relevante do Grupo DeLaval.

A DeLaval utiliza a Plataforma de Denúncias do Grupo Tetra Laval, que é hospedada e operada pelo prestador de serviços externo Convercent Inc. As Denúncias e quaisquer dados pessoais relacionados enviados por meio da plataforma são armazenados na plataforma. Informações adicionais sobre o tratamento de dados pessoais por meio da plataforma, incluindo o papel da Tetra Laval International SA no processo de denúncia, estão disponíveis na própria plataforma.

Em relação a uma denúncia, a DeLaval International AB, Gustaf de Laval Väg 15, 147 41 Tumba, Suécia (“DLI”), e a entidade relevante do Grupo DeLaval (“Entidade DL”) podem atuar em diferentes funções de proteção de dados, dependendo das circunstâncias:

- (a) como controladores independentes, quando a DLI ou uma Entidade DL analisa ou investiga Denúncias, especialmente aquelas enviadas por meio de seus próprios canais locais de denúncia (como o RH local, um gerente ou um consultor jurídico) e quando a denúncia se refere exclusivamente a essa entidade, seu pessoal, suas operações ou suas relações comerciais;
- (b) como subcontratante e controlador, respectivamente, quando a DLI dá suporte a canais centrais de denúncia, como a Plataforma de Denúncias do Grupo Tetra Laval ou o endereço de e-mail de denúncias gerenciado centralmente (ethics@delaval.com), em nome de uma Entidade DL. Nesses casos, a DLI atua como subcontratante e pode prestar serviços como recebimento de casos, administração de casos e suporte operacional relacionado;
- (c) como subcontratada e controladora, respectivamente, quando a DLI auxilia uma Entidade DL no tratamento de uma Denúncia de Irregularidades, de acordo com as instruções da Entidade DL. Tal assistência pode incluir a coleta, análise e organização de informações, bem como o apoio a atividades de apuração de fatos;
- (d) na qualidade de controladores conjuntos, nos casos em que a DLI e uma ou mais Entidades DL determinam conjuntamente as finalidades e os meios essenciais para o tratamento de uma mesma denúncia, incluindo quando a denúncia diz respeito a múltiplas entidades, questões transfronteiriças, assuntos que exijam uma investigação e resposta coordenadas ou quando uma Entidade DL não tiver competência para resolver efetivamente o problema.

Detalhes sobre cada Entidade DL do Grupo DeLaval estão disponíveis em www.delaval.com/legal.

Em relação a uma Denúncia, a DeLaval trata os dados pessoais dos denunciante que não permanecem anônimos, os dados pessoais incluídos na denúncia e quaisquer dados pessoais adicionais coletados como parte da avaliação, investigação e acompanhamento da denúncia, incluindo, quando apropriado, a comunicação da suposta irregularidade às autoridades competentes.

Os dados pessoais coletados em relação à Denúncia serão utilizados e divulgados apenas da seguinte forma:

- (a) Para fins de recebimento, avaliação, investigação e acompanhamento de uma Denúncia, e sujeito à legislação aplicável, os dados pessoais poderão ser acessados apenas quando necessário por funcionários autorizados e imparciais do Grupo DeLaval designados para lidar com a Denúncia,

incluindo, quando relevante, funcionários do Conselho de Governança Corporativa da DeLaval, do Diretor de Conformidade da DeLaval, dos setores de RH, Jurídico, Financeiro ou de Gestão.

- (b) Quando exigido por lei, os dados pessoais e as informações que você fornecer também poderão ser divulgados a autoridades policiais ou regulatórias.
- (c) Quando medidas relacionadas ao emprego forem identificadas como um desfecho apropriado de uma investigação iniciada em resposta a uma denúncia, os dados pessoais coletados durante a investigação poderão ser utilizados para esse fim. Tais dados poderão ser divulgados a pessoas que tenham necessidade legítima de acessar as informações para avaliar, implementar ou gerenciar essas medidas relacionadas ao emprego.
- (d) As bases legais para o tratamento dos dados pessoais fornecidos na Denúncia serão o cumprimento de uma obrigação legal do controlador, para fins de interesse legítimo do controlador ou de terceiros, o estabelecimento, exercício ou defesa de ações judiciais (trabalhistas, civis ou criminais); ou razões de interesse público substancial nos termos da legislação aplicável.
- (e) Quando necessário e permitido pela legislação aplicável e pelos acordos contratuais relevantes, os dados pessoais também poderão ser tratados por prestadores de serviços que atuem como subcontratados e divulgados a consultores profissionais.
- (f) Os denunciantes ou outras pessoas mencionadas no Relatório de Denúncia podem estar localizados dentro ou fora do país em que o Relatório de Denúncia foi apresentado. Caso os dados pessoais precisem ser transferidos para fora do país de residência do titular dos dados para um país que ofereça um nível diferente de proteção, a transferência é protegida por salvaguardas adequadas, tais como acordos intraempresariais, decisões de adequação ou outros mecanismos aprovados.
- (g) Os dados pessoais são retidos por um período razoável após a conclusão do caso, a menos que a investigação leve a processos disciplinares ou judiciais; nesse caso, os dados pessoais podem precisar ser retidos até a conclusão desses processos e pelo período permitido pelas leis aplicáveis.
- (h) De acordo com as leis aplicáveis, a DeLaval notificará qualquer pessoa que seja objeto de uma Denúncia de Irregularidades sobre essa situação. Dependendo das circunstâncias, informar a pessoa contra a qual foi feita uma alegação em um estágio inicial pode ser prejudicial ao caso. Nesse caso, o fornecimento de informações específicas pode precisar ser adiado. Qualquer adiamento do fornecimento de informações é decidido caso a caso.

SEUS DIREITOS

Sujeito às restrições previstas na legislação aplicável, os titulares dos dados têm direitos em relação aos seus dados pessoais, o que pode incluir o direito de solicitar informações sobre o tratamento de seus dados pessoais, acessar seus dados pessoais e solicitar sua correção, complementação, atualização, restrição ou exclusão. Sujeito à legislação de proteção de dados aplicável, os titulares dos dados também podem ter o direito de se opor, por motivos legítimos, ao tratamento de dados pessoais a eles relativos.

Caso um titular de dados considere que o tratamento de seus dados pessoais infringe a legislação aplicável, ele também poderá apresentar uma reclamação junto à autoridade de supervisão competente.

Caso tenha alguma dúvida sobre esta Declaração de Privacidade ou deseje exercer seus direitos de proteção de dados, entre em contato conosco pelo e-mail dataprivacy@delaval.com.